

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 11 de abril de 2023 - Ata n.º 26.

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ªs Deputados **Cobra Repórter** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **26.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito à Sr.ª Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 25.ª Sessão Ordinária, de 10 de abril de 2023). Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário, Deputado Cobra, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Cobra Repórter – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: **Mensagem n.º 44/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 255/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Ibiporã do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 45/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 256/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Marialva do imóvel que especifica; **Mensagem n.º 46/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 257/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Reserva do Iguaçu; **Mensagem n.º 47/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 258/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Porecatu do imóvel que especifica; e **Mensagem n.º 48/2023** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 259/2023)** que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação ao município de Cidade Gaúcha do imóvel que especifica. É o que há, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença aqui do nosso Secretário da Indústria e Comércio e Deputado Federal Ricardo Barros. Seja bem-vindo. Primeira oradora inscrita, Deputada Flávia Francischini.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Boa tarde, Presidente Ademar Traiano, colegas Deputados, servidores desta Casa de Leis e todos que nos acompanham pela internet. Como os senhores devem ter acompanhado hoje, infelizmente mais um episódio de violência em uma escola aconteceu no estado de Goiás, que deixou quatro feridos, mas, graças a Deus, sem mortes. Bem, como muitos colegas deste Parlamento mencionaram ontem, também compartilho da

mesma revolta e sentimento de solidariedade com os familiares das vítimas da tragédia ocorrida em Blumenau. A indignação, além da situação em um todo, deve-se principalmente pela perda das vidas das crianças que poderia ser evitada, caso as leis federais não fossem tão frágeis. Isso porque temos hoje uma política criminal de números, em que é preciso que vidas inocentes sejam perdidas para que a pessoa realmente fique presa, que os direitos humanos são mais importantes do que vidas e isso, meus amigos, é um absurdo. Quero trazer aqui aos senhores a ficha criminal do autor dessa barbárie. Esse cidadão, se assim podemos chamá-lo, já foi preso por quebrar objetos em casa e na casa da mãe, já esfaqueou um cachorro, já foi detido por uma briga, já foi pego com cocaína e já esfaqueou o padrasto. Quero destacar também especificamente e esclarecer a todos que ele foi preso por quatro vezes: em 2016, foi detido por uma briga; em 2021, esfaqueou o padrasto; em junho de 2022, estava em posse de cocaína; e, em dezembro de 2022, quebrou o portão da casa do padrasto e esfaqueou um cachorro. Ou seja, apesar dos mais diversos crimes cometidos, o que aconteceu com ele? Por isso, caros colegas, fica a minha reflexão: Para que serve o Boletim de Ocorrências? Para que serve a medida protetiva? Para que serve, então, a cadeia? É extremamente revoltante ver que pessoas como ele, com vida criminal reincidente, possam estar nas ruas cometendo novos delitos, novas chacinas. Então, por isso pergunto aos senhores: Qual o sentido de leis federais tentarem evitar ao máximo as prisões? É lamentável que nossos agentes da segurança pública e principalmente as pessoas de bem tenham que conviver com essa insegurança que a própria lei nos traz. Em um país que leva a segurança pública a sério, esse homem estaria fechado em quatro paredes até o fim de sua vida. Chega de passar a mão na cabeça de criminoso. Lugar de bandido é na cadeia. Chega de eleger políticos que só pensam em proteger bandidos e assassinos. Direitos humanos são para proteger as nossas famílias. Precisamos dar um basta nessa inversão de valores e é para já. Quero aqui registrar por fim que, diante dos episódios ocorridos e a pedido de diversos pais, solicitei através de ofício ao Secretário da Segurança Pública, Cel. Hudson, que por sinal vem realizando um belíssimo trabalho, o reforço nas patrulhas escolares, para que todos tenhamos o

coração em paz e tranquilidade para trabalhar e deixar os nossos filhos nas escolas e colégios. Precisamos seguir em frente, mas com a certeza de que episódios assim jamais voltem a acontecer. Muito obrigada. Boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa da visita dos pais e alunos de Assis Chateaubriand, ganhadores do prêmio desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho na Escola, acompanhados pela Secretária do Município da Educação, Sr.^a Fátima Aparecida Sobral Silva, e da Coordenadora Pedagógica da Secretaria do Município, Sr.^a Rosângela Assis Cordeiro; dos professores da Escola Municipal Nelita Ramos Sabella, Diretora Rosimeiri Lorenzini, Coordenadora Maria Lucena e professor Cleber Dalamarta de Almeida; também da Escola Municipal Heitor de Alencar Furtado, Diretora Juliane Silva de Oliveira Nishimura e Coordenadora Sandra Mara Zorzella Neves; da Escola Municipal Odila de Souza Teixeira, Diretora Silvana Rigolin Rampazzio e professora Valéria Regiane Pereira Ferreira; e da Escola Municipal Dr. Paulo Pimentel, acompanhados pela professora Roselaine Aparecida Morilha Rodrigues, por solicitação do Deputado Marcel Micheletto. Sejam todos bem-vindos aqui na Assembleia. Registro também a presença do Vereador de Curitiba, Sr. Eder Borges, por solicitação do Deputado Denian Couto. Seja bem-vindo. Segundo orador inscrito, pelo PSB, Deputado Luís Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, distinta Mesa, composta pelo 1.^o Secretário e pela Sr.^a 2.^a Secretária, e sempre Ministro Ricardo Barros. Saudação aos nossos Pares e os cumprimentos à nação brasileira, aos brasileiros e às brasileiras deste País. Quero aqui externar três assuntos, Sr. Presidente. Primeiro, cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado do Paraná Carlos Massa Ratinho Júnior pela exitosa gestão que faz frente ao comando do Estado do Paraná. O Estado do Paraná, gerenciado de maneira gigante, de maneira pujante, de maneira inteligente, o Sr. Governador do Estado do Paraná cria programas e os programas, uma vez criados, tornam-se de força impositiva. Enquadrou-se no programa, caro Gugu, é atendido, não importa a localidade, distância e a que também esteja vinculado. Poderia aqui neste dia puxar o Norte,

de onde tenho procedência da última gestão na Companhia da Habitação do Estado do Paraná, já a maior companhia, meu caro Batatinha, do Brasil, na área da habitação de maneira subsidiada. Trinta mil casas, 15 mil a fundo perdido para cada mutuário, não importando a procedência, desde que atenha nos seus rendimentos de um a três salários mínimos. Queremos fazer um cumprimento todo especial pela gestão inovadora, gestão profissional, gestão de resultados em favor do Estado do Paraná. Mas neste dia, Sr. Presidente, o que me traz aqui é a oportunidade de estender a todos os Pares desta Casa de Leis o convite para se fazerem presentes, se não através de suas pessoas, de seus representantes, que o façam, caro Batatinha, caro Adão Litro, caro Gugu, caro Guerra, que o façam, cara Luciana, lá na Cantuquiriguaçu, prezado Deputado Arilson, lá em Laranjeiras. Nessa quinta-feira faremos uma Audiência Pública para tratarmos de um dos mais importantes programas do Estado do Paraná. Ele já é o maior programa do Paraná, já é o maior programa do Brasil, a transmissão de energia via cabeamento trifásico. Nós que estivemos despachando esse assunto junto à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a Copel. Esse programa, caro Traiano, só não está mais intensificado pela falta, pasmem, pela falta de matéria-prima no Brasil, pela falta de mão de obra no Brasil. É um programa que prevê o cabeamento para os 399 municípios do Estado do Paraná, com um valor de R\$ 2 bilhões e 800 milhões, 25 mil quilômetros. Dá para ir aos Estados Unidos, voltar para o Brasil e voltar de novo para os Estados Unidos. Mas, a falta da intensificação, da implementação rápida do programa tem trazido, caro Traiano, Sr. Presidente, estrangulamentos de boa monta para a agricultura paranaense, para a agroindústria. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Corti, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Utilizo o horário da Liderança do PSB, por extensão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): É a agricultura que tem estrangulamento na falta da intensificação do programa. Como temos o comprometimento da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná, a Copel, que os Sr.^s Prefeitos, através, meu caro Tito, de seus Secretários da Agricultura, poderão intensificar ações no sentido de trazer um raio-X para a Copel da situação de cada município. Quem sabe do dia a dia de cada município é quem está lá na ponta, são os Sr.^s Vereadores, são os Sr.^s Prefeitos, são os Sr.^s Secretários. Passamos a missão, meu caro Dr. Tercilio, aos nossos Secretários da Agricultura de onde haverá Audiências Públicas, que já tragam para a Audiência Pública o histórico de seus municípios. É sabido que determinadas atividades agropecuárias exigem menos energia do que outras atividades mais intensas, é sabido que a pecuária, é sabido que a plantação extensiva de grãos tem uma menor demanda de energia elétrica do que a agricultura tecnificada, a pecuária de ponta, o leite, que faz do Paraná uma referência. Na cadeia do frango estamos *tirando de braçada* em nível de Brasil – Paraná, o maior produtor de frangos do Brasil. Fiz um estudo, meu caro Traiano, e verifiquei que 1/3 de toda a exportação deste País corresponde à exportação, contribuimos em nível de mundo por 1/3 de toda a exportação de frangos do Brasil. É o Paraná que responde com 34%, é o Paraná que, de tudo o que exporta, responde por 40%. É, portanto, importante que possamos juntar forças para que, em um tempo antecipado, possamos dar garantia a quem produz, a quem trabalha, a quem tira do rendimento da agricultura, através do seu suor, que é o nosso pequeno agricultor. Fica o nosso pedido, fica o nosso convite para que nesta quinta-feira, às 9 horas da manhã, lá na Capital da Cantuquiriguaçu, o maior município daquela comunidade, Laranjeiras do Sul, possamos fazer esse debate com os nossos Prefeitos, com os nossos Vereadores, os nossos Secretários de Estado e com certeza absoluta com o comando da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Fica aqui o convite e reafirmo, quinta-feira, às 9 horas da manhã, na cidade de Laranjeiras do Iguaçu. Para o registro, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; e cumprimento o Líder da Oposição, Deputado Requião Filho. Utilizo a palavra, senhores, preocupado com as nossas crianças. Como Delegado que fui e sou e mesmo na condição de Deputado, compreendo a necessidade de criarmos uma rede de informações que leve a polícia com rapidez, com celeridade a qualquer situação que possa desencadear em danos Às nossas crianças. Por isso, propus um Projeto de Lei que vai à votação de V.Ex.^{as} que diz respeito à disponibilização em *sites*, em *homepages*, em sítios de um *link* do *Disque 100*. Para quê? Para que o cidadão que acessa um *site* de uma escola pública ou privada, para o cidadão que acessa um *site* do Governo do Estado, para o cidadão que acessa um *site* de uma empresa privada tenha a oportunidade, através de um simples toque, de fazer uma denúncia no *Disque 100*, que é direcionado a crianças, que é direcionado a direitos humanos. Porque temos ciência de que uma sociedade só é regrada quando a sociedade participa ativamente, quando o cidadão de bem participa ativamente. Isso se chama, Sr. Presidente, controle formal, que acontece através dos clubes de serviço, das pessoas, e o controle formal por parte do Estado. Obviamente que criminosos, obviamente que bandidos não vão utilizar o *Disque 100* desses links, mas o cidadão de bem, aquele que não aceita o crime, aquele que quer enfrentar a criminalidade terá mais um instrumento a seu dispor. Porque hoje sabemos a facilidade com que as pessoas manejam um aparelho de comunicação celular e se ali, ao lado dessas *homepages*, ao lado desses sítios de escolas públicas e privadas do Governo do Estado e de empresas privadas tiver um simples *link*, uma aba em que ao toque seja feita uma ligação - e isso não é difícil -, propiciará o quê, Sr. Presidente? Propiciará ao cidadão honesto, de bem e que quer denunciar a oportunidade de se comunicar com a polícia. E a polícia vive de informações, ela precisa dessas informações para a persecução penal. Aquela velha máxima de que crime é problema de polícia, sabemos que já está enterrada há tempo; crime é um problema da sociedade e quando a sociedade não participa e não auxilia, a persecução penal por parte do Estado, tanto de forma ostensiva

quanto de forma investigativa, é por demais difícil. Então, é um Projeto de Lei simples que dispõe sobre a divulgação do serviço de Disque Denúncia 100, e faça a leitura nas redes de ensino público e privada, nos hotéis, pensões, motéis etc., estabelecimentos comerciais, clubes sociais, agências de viagem, salões de beleza, postos de serviços e outros, com o intento de passar informações privilegiadas à polícia. Para que possamos agir com celeridade, precisamos de informação, como já acontece em muitos países do mundo. O meu tempo é bastante exíguo, mas tratarei desse tema da delação, Deputada Flávia Francischini, em momento anterior, em um estudo que estamos realizando em nosso gabinete, porque em diversos países do mundo temos sistemas muito organizados de denúncia, de delação, de colaboração e o nosso Brasil, o nosso País está aquém em relação a esse fato, sucumbindo à persecução penal, não oportunizando a chance de o cidadão de bem se comunicar com o Estado e com a polícia. Então, peço apoio ao nosso Projeto de Lei que, de uma forma bastante simplista, Sr. Presidente, estabelece a obrigatoriedade de um *link*, de uma aba de denúncia do *Disque 100* para crianças e direitos humanos nos *sites*, nas *homepages* do Estado, de escolas públicas e privadas, evitando aquilo que enfrentamos hoje, Deputada Flávia Francischini, em nossa sociedade, que é a desinformação, aquilo que ocorre quando a polícia toma ciência do fato somente depois que aconteceu. Não, aí não adianta mais; tem que ser em momento anterior e o momento anterior, Deputada Flávia, só existe com a comunicação da sociedade. A polícia não tem estrutura para realizar uma investigação despida de informações da sociedade. É uma ilusão e é uma utopia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Então, peço o apoio, Sr. Presidente, a este Projeto simples, sem custo e que permitirá a comunicação com as autoridades públicas a respeito de fatos que digam respeito a direitos humanos, que digam respeito às nossas crianças. Contem com o Delegado Xerifão sempre no enfrentamento da criminalidade, porque lugar de bandido é na cadeia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, pelo Podemos, Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, pergunto as V.Ex.^{as} se os Senhores e as Senhoras já receberam em casa o boleto do IPTU em Curitiba. Se receberam o boleto do IPTU, entenderão o teor da minha fala; se ainda não receberam, entenderão duplamente o teor da minha fala. Estamos diante de um roubo, de um assalto. O IPTU em Curitiba tem registros de aumento de 30%, 40%, 50% de um ano para outro, e em alguns casos o IPTU dobrou de valor. Mas, não para os curitibanos que moram em condomínios fechados ou em grandes prédios; o IPTU mais caro, o que mais subiu é o da população que mais precisa. É um escândalo o aumento do IPTU! Aumento do IPTU que foi aprovado na Câmara de Vereadores, não com o meu voto, porque votei contra essa barbaridade, votei contra o aumento de IPTU que foi às escuras. Lembro bem, Deputado Renato, o senhor estava lá, lembro bem quando fiz o discurso dizendo que a Câmara Municipal estava prestes a cancelar um reajuste no IPTU às escuras, pois ninguém saberia de quanto verdadeiramente seria o aumento, e agora se sabe. Pessoas no Rio Bonito que pagavam R\$ 150,00 de IPTU, estão pagando hoje perto de R\$ 500,00. Vi exemplos de casas em Santa Felicidade que pagavam em torno de mil e poucos reais, com o IPTU perto de R\$ 4 mil, de um ano para o outro. É tão vexatório e escandaloso o reajuste do IPTU que a Ordem dos Advogados do Brasil... Atenção! Quero cumprimentar aqui a Diretoria da OAB do Paraná, a Comissão de Direito Tributário da OAB do Paraná, porque a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraná anunciou que ingressará em juízo para tentar cancelar o aumento do IPTU na Capital do Paraná. E não uso a tribuna da Assembleia Legislativa como uma extensão da tribuna da Câmara Municipal, é exatamente o contrário; não é porque sou Deputado Estadual que vou virar as costas ao tema da nossa cidade. Curitiba e a população de Curitiba hoje precisam de defesa, porque está sendo lesada no bolso por uma administração que mira o lucro. É algo absolutamente inaceitável o que vivemos hoje na capital! Se alguém tem dúvidas, compare o boleto do IPTU de 2022 com o boleto de 2023. Não há ninguém no município de Curitiba que teve

nem perto uma reposição salarial com aquilo que representa a elevação do IPTU. Que prospere a ação da OAB, que a Ordem dos Advogados do Brasil consiga barrar na Justiça essa insanidade que é o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano na cidade de Curitiba. A Câmara de Vereadores hoje precisa ser lembrada e criticada, porque se pôs de joelhos à administração municipal, ajoelhou-se acovardada e votou “*sim*”. E hoje, quando chega o boleto do IPTU, a responsabilidade é da Prefeitura? Claro que é, mas é responsabilidade dos Sr.^s Vereadores quando votaram “*sim*” a este escândalo que é o aumento do IPTU de 30%, 40%, 50%, 60%, 100%. Não tem como pagar. A população de Curitiba nem direito ao Refic teve durante a pandemia. Nem Refic! Sem Refic e com aumento de IPTU. Passagem de ônibus a R\$ 6,00. Sabem de quem é o custo, não é? O custo é do cidadão que mais precisa. Curitiba, hoje, ontem, amanhã, quando os carteiros levarem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Denian, por favor, para concluir.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Quando os carteiros levarem o boleto do IPTU, saibam todos que aqui haverá sempre uma voz na defesa do contribuinte. E quero cumprimentar e agradecer as Vereadoras Amália Tortato e Indiara Barbosa por terem abraçado um Projeto de minha autoria, hoje são coautoras de um Projeto que obriga a Prefeitura a no mínimo dar transparência ao cálculo do IPTU. No mínimo transparência. No mínimo transparência, porque nem isso nesta barbaridade e neste escárnio que foi o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui do nosso sempre Deputado Jonas Guimarães, que, agora à paisana, vem visitar a Assembleia. O Arilson, a Luciana, o Renato, a Ana Júlia e o Requião estão contentes com esse vermelhão aí! Registro também na Casa a presença dos Vereadores de Pato Branco, Rômulo Faggion e Biruba, por solicitação do Deputado Luiz Fernando Guerra. Também do Sr. Macaris do Livramento, campeão

mundial de boxe, que está aqui presente, e da Rosillette dos Santos, também primeira brasileira campeã mundial de boxe. Sejam bem-vindos aqui na nossa Casa. Próximo orador, Deputado Evandro Araújo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, nobres Deputados e Deputadas, venho aqui brevemente falar do encontro que tivemos hoje pela manhã em uma força-tarefa, em um esforço de consolidação das leis, da legislação toda sobre autismo. Uma iniciativa do Deputado Traiano e minha coordenação. Tivemos uma reunião muito boa, muito frutuosa, Deputado Renato, que me acompanha aqui, está olhando. Tivemos uma reunião de fato produtiva, o momento em que pudemos ali ouvir os Sr.^s e as Sr.^{as} Deputados que puderam se fazer presentes, outros e outras também que não se fizeram presentes, mas deixaram os seus recados. Pudemos ouvir gente que estuda, como a Amanda Bueno, que estuda o assunto, a Dr.^a Mariane, do nosso gabinete, que preparou também uma proposta ali à luz do Regimento Interno para que possamos trabalhar essa consolidação. E tivemos a presença do Presidente, Deputado Traiano, que abriu a reunião, obviamente, colocando também o peso da Assembleia neste trabalho que é muito importante. Quero ressaltar que tivemos, portanto, vários Deputados presentes, a Deputada Luciana, que me acompanha aqui, o Deputado Thiago Buhner, não sei se já está no Plenário, a Deputada Flávia, vários Deputados, o Deputado Marcel Micheletto, o Deputado Fadel, o Deputado Luís Corti, vários Deputados e Deputadas que estiveram presentes, o Marcio Pacheco esteve presente, o Deputado Bazana deu uma contribuição importantíssima. O Fadel já falei! Então, vários Deputados. O que queremos ressaltar... A Cloara Pinheiro também presente. O que queremos ressaltar, Deputado Marcel, é que ali é um trabalho que será feito por todos os gabinetes que tiverem interesse, não só, Deputada Marli, dos Deputados que já têm matérias protocoladas sobre o assunto, mas de todos os Deputados e Deputadas que quiserem tratar do assunto. Então, por isso que venho aqui agora e até tinha falado ao Deputado Tiago também que ele poderia fazer o mesmo, o Deputado Bazana, os Deputados podem, ao longo do mês subsequente, falar disso. Queremos que, se for possível, é um pedido que surgiu na reunião de hoje, que

até o dia 10 de maio os Deputados que estão preparando Projetos de Lei, os Deputados que têm matérias para apresentar em relação ao autismo, que até o dia 10 de maio possam protocolar esses Projetos todos. Aquelas iniciativas que estão sendo formatadas nos gabinetes, Projetos que estão sendo pensados, que pudessem vir a ser protocolados até dia 10 de maio. Claro, o Deputado é livre para protocolar a hora que quiser, depois do dia 10, a hora que bem entender! Só que estamos em um esforço conjunto de consolidarmos a legislação. Então, se puder até o dia 10 de maio, já colocaremos neste texto que vai ser objeto de um estudo, de um esforço de ouvir a comunidade, já colocaremos nesse texto as contribuições de todos os Projetos. Até agora foram reunidas cinco leis, que estão aqui, já são leis no Estado do Paraná e 14 Projetos de Leis. Só ressaltar que os Projetos de Leis que contamos foram protocolados até dia 10 de março. Então, tem um período aí que alguns Projetos podem ter sido protocolados e que não constam deste levantamento que fizemos. Por fim, quero ressaltar aqui que haverá um espaço para ouvir entidades, associações e que ninguém é dono deste tema. Não é um Deputado, não é uma Deputada, não é uma entidade, uma associação, uma cooperativa, não é a Mesa Executiva, não é o Deputado da Criação, não é ninguém que cuida de um tema, este será um tema dos Deputados e Deputadas da Assembleia Legislativa. O que queremos é que seja uma contribuição de todos os Senhores e Senhoras. O Deputado Arilson também tem Projeto protocolado. Sentimos sua falta lá hoje, mas mandou recado dizendo que tinha outro compromisso; queremos a sua contribuição. Seja da Oposição, da Base do Governo, queremos a contribuição de todos os Deputados para que tenhamos um texto à altura que o tema merece, que o tema precisa ser tratado. Então, só quero ressaltar isso: Se pudermos, até o dia 10 de maio, protocolarmos os Projetos, para que esse esforço seja feito. Na sequência será feito um texto, depois esse texto passará por uma apreciação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado, pode continuar.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): ... esse texto depois passará sob apreciação de uma Comissão Especial que será formada aqui na Casa. E a comunidade, principalmente pais e mães, quero ressaltar isso, nada será feito sem que as mães e pais de autistas sejam ouvidos. Aqui temos uma Deputada que é mãe, temos um Deputado que é pai de autista, temos outros Deputados que têm crianças que talvez estejam dentro do espectro, Deputados que têm na família pessoas assim e a demanda que cada um recebe todos os dias. Cada um de nós recebe todos os dias em relação a este assunto. Então, é muito bom que esta Casa faça um esforço conjunto de termos um texto bem consistente, um texto que não fique mais uma lei só aprovada, mas um texto que faça diferença na causa do autismo. Para isso também traremos o Governo para se comprometer com esse texto. Queremos que o Governo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Para concluir, Deputado. Queremos que o Governo se comprometa por meio da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Família, enfim, das Secretarias que dialogam com o tema do autismo. Então, é um esforço conjunto da Casa em prol do autismo, de todos os Sr.^s Deputados e Deputadas desta Casa. Muito obrigado e boa tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Evandro, esta Presidência não poderia deixar de também se manifestar, porque convocamos os Sr.^s Deputados e Deputadas para essa reunião. Acho que é isso que engrandece o Poder Legislativo. Uma atitude dessa natureza fortalece o Poder Legislativo em torno de uma causa. Como já disse inúmeras vezes, ações isoladas talvez não cheguem ao objetivo que todos desejamos. A causa autismo é um assunto que é recorrente em todo o País hoje e precisamos fazer uma legislação que realmente atenda a pessoa, a criança, o filho, a filha e a família em todos os aspectos. Por isso, hoje pela manhã, quero enaltecer aqui todos os Deputados e Deputadas que foram à reunião, uma bela reunião, produtiva, com pessoas altamente conhecedoras profundas do tema, para um debate sério e responsável. Como

disse o Deputado Evandro, após a elaboração de um Anteprojeto, traremos também os atores do Governo, porque de nada adianta fazermos uma legislação sem que haja cumplicidade e comprometimento do Governo. É isso que queremos. Então, o Poder Legislativo ganha muito com isso. Não é este ou aquele Deputado, é uma ação da Assembleia com o aval de todos os Deputados Estaduais. Com a palavra o Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Nobres colegas, Sr. Presidente, acompanham-nos hoje aqui professores universitários e estão aqui trazendo uma reivindicação a cada um dos Senhores. O que temos de notícias nas redes sociais e divulgado internamente pelo Governo é que a data-base será de 5,79%. Um déficit de quase 42% e a proposta será de menos de 6%. Corre também nos corredores que se busca uma construção para que esse valor chegue perto de 9%, igualando o valor do Governo Federal. Devem ter pensado: *Vamos dar o mesmo reajuste que deu o Governo Federal, porque assim a Oposição não vai poder cobrar.* Dois problemas. Primeiro, achei a reposição do Governo Federal muito aquém do que deveria ter sido e não bati palmas, não aplaudi, porque foi muito pouco. Segundo, os orçamentos de Governo Federal e do Governo Estadual são bem diferentes. Compromissos diferentes, empenhos diferentes e vontade política diferente. Hoje as universidades do Estado estão paradas, os professores das universidades estaduais do Paraná estão em paralisação. Parados buscando o quê? Eles querem, Deputado Batatinha, o diálogo; eles querem o respeito; eles querem ser atendidos; eles querem saber se há um plano, uma previsão para se repor esses mais de 40% de perda salarial. *Ah, mas se dermos os 5,79% e mais três e pouquinho?* Três e pouquinho que são lá de 2016, que o Governo perdeu na Justiça e terá que pagar de qualquer forma. Há um plano? Há uma revisão de plano de carreiras? Há um plano de investimento real na carreira dos nossos professores universitários e de escolas no Estado do Paraná? Ou há somente o desmonte, o desrespeito e um discurso demagógico, dizendo que todo professor tem uma filiação partidária mais à esquerda? Será que os alunos do Paraná merecem isso? Será que as nossas universidades merecem esse desrespeito? Vamos transformar nossas universidades em quê? Vamos acabar com a

pesquisa? Vamos negar a ciência? Vamos buscar cursos que preparem para o mercado uma mão de obra barata? Não é isso o que buscamos no Paraná. Investimento em educação é investimento em futuro, e o reconhecimento e o respeito aos mestres dentro da sala de aula, sejam eles de universidades ou de escolas, é devido. E esse desrespeito se estende ainda hoje aos policiais militares, ao pessoal do Depen, à Polícia Civil, ao pessoal da saúde, a todo o quadro geral do Executivo, que tem uma defasagem salarial de 42%. E chegar a 9% seria uma pequena conquista, mas nada a ser louvado. Espero que o Governo atenda e converse com quem está à frente dos problemas do Paraná, que é o Quadro Geral - são os professores que estão em sala de aula, Deputado Goura, são os policiais que estão às ruas defendendo a nossa população, é a Polícia Científica, é a Polícia Civil que, mal paga, tenta desvendar os crimes do Paraná, são as nossas enfermeiras, são os nossos médicos que cuidam da saúde das pessoas que batem desesperadas à porta de um hospital público, buscando o amparo legal e constitucional que o Estado deveria prestar. É uma questão de respeito, antes de mais nada, que o Governador atenda e converse com os representantes dos nossos funcionários públicos do Estado. Ele quer privatizar, quer destruir, quer minimizar o estado. E nós, que sabemos que graças a Deus o Ratinho é passageiro, está em seu último mandato, queremos um estado capaz de cuidar do povo do Paraná, um estado não inchado, mas um estado necessário, que atenda a todos de forma justa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Requião, mais um minuto a V.Ex.^a.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Não um estado inchado, mas um estado necessário, que atenda a todos os paranaenses de forma justa e igualitária, como prevê a nossa Constituição Estadual e Federal. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): No Grande Expediente, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente Deputado Marcel, muito boa tarde; todos os Parlamentares, servidores e cidadãos paranaenses que acompanham nossa Sessão. Quero também, seguindo o exemplo do nosso Líder, Deputado Requião Filho, saudar todos os servidores das nossas universidades aqui presentes, reforçar o nosso coro às palavras do Deputado Requião, que tenhamos cada vez mais valorização dos nossos professores e professoras, mas também de todos os trabalhadores das nossas sete universidades estaduais. Contem conosco no que pudermos intermediar o diálogo com o Governo, Deputado Hussein, aqui sempre um adepto fervoroso do diálogo. Falo isso com sinceridade, o senhor sabe. Que possamos ajudar para que esses pleitos tão importantes que os senhores trouxeram sejam devidamente ouvidos. Estamos falando de reposição salarial, mas também de melhores infraestruturas em todas as universidades estaduais. Estive há poucas semanas na UEL, a Universidade Estadual de Londrina, e conversamos com os estudantes, com os trabalhadores, com os professores e professoras e temos a necessidade de incentivo à pesquisa, mas temos desde necessidades básicas que não estão sendo supridas de forma satisfatória pelo Governo. Então, estamos juntos nesta luta. Senhor Presidente, queria destacar aqui no Grande Expediente alguns fatos. O primeiro deles: Houve no dia 9 de abril, recente, um vazamento, Deputados e Deputadas, mais uma vez, em Paranaguá, de nafta. Um produto tóxico, um produto perigoso e que ocasionou até agora a interrupção dos trabalhos portuários, Deputado Guerra e demais Parlamentares. Uma situação que causa prejuízos econômicos, causa prejuízos para o Porto, causa prejuízos para a economia do Paraná, mas também causa prejuízos ambientais. E o que averiguamos e aqui, Deputados, trago uma notícia, um ofício que fizemos ao Ministério Público pedindo providências, que não é a primeira vez que neste mesmo local esse tipo de situação ocorre. É recorrente e estamos pedindo ao Ministério Público que providências sejam tomadas. Somente nessa situação, nessa ocasião, agora, tivemos a mobilização, Deputada Marli, de equipes do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, do Instituto Água e Terra, do Ibama, das Secretarias Municipais de Paranaguá, também do Estado, além da própria empresa que é a responsável pelo acidente. Todos se mobilizando por

causa disso. É notada a mobilização de autoridades, Deputada Luciana, e estamos aqui dizendo que isso não é suficiente, porque temos uma questão que diz respeito à irreversibilidade de danos ambientais. E o que se diz na literatura jurídica: os princípios da prevenção e da precaução que regem o Direito Ambiental. Estamos pleiteando que seja cobrado um planejamento estratégico das empresas que atuam em Paranaguá e que têm alto potencial poluidor, com medidas preventivas eficazes, reforço das infraestruturas e monitoramento das atividades e impacto socioambientais. Por fim, estamos solicitando uma análise integrada dos impactos desse e de outros acidentes em toda a Baía de Paranaguá, Deputado Renato - que não seja um olhar isolado em uma só questão, mas que tenhamos um olhar sistêmico para toda a Baía de Paranaguá. E, Deputados, o Porto gera muita riqueza, ele é o escoamento da produção agrícola do nosso Estado mas também de outros estados, é um local de trânsito de pessoas e de riquezas, mas isso não reflete necessariamente na melhor infraestrutura para o povo parnanguara, na melhor estrutura urbana. E é isso que estamos reivindicando, que toda essa riqueza que o Porto gera reverta em benefício para a população de todo o nosso Litoral. Todo o Litoral é impactado pelas atividades portuárias. Todo o Litoral, dos pescadores de Guaraqueçaba até a população de Guaratuba, todos sofrem impactos pelo Porto. E é justo que toda essa população do nosso litoral seja beneficiada com melhor infraestrutura urbana, de educação, de saúde e assim por diante. Então, fica aqui registrado que o nosso mandato fez esse ofício ao Ministério Público, para que medidas sejam tomadas. Queria também destacar e aqui, Deputado Hussein, fazer um elogio ao Secretário César Neves, o Secretário da Saúde. Tivemos e ainda estamos com um certo surto de dengue, em especial no município de Guaraqueçaba, na localidade do Superagui, Deputado Doutor Antenor - inclusive meu pai esteve lá no Superagui e voltou de lá com suspeita de dengue. Já está melhor, graças a Deus! Mas, no dia seguinte, recebi um telefonema da Vereadora Luciane, de Guaraqueçaba, pedindo providências, de forma desesperada, que a população estava lá desamparada. Liguei, Deputado Hussein, ao Secretário César, que prontamente me atendeu e hoje me deu um retorno muito importante, disse que

vai haver um mutirão, um *pente fino* com o apoio do Exército, com o apoio ativo da Defesa Civil e da Sesa, vão de casa em casa passar para retirar locais onde pode ter acúmulo de larvas da dengue. Então, quero aqui registrar, Deputado Marcel, Presidente, meus parabéns ao Secretário César pela prontidão pela qual mobilizou esforços. Estamos vendo a questão da dengue em todo o Estado do Paraná e quero lembrar aqui que aprovamos uma lei, uma lei sancionada de minha autoria, com vários outros Deputados, a Lei n.º 20.209, que dispõe sobre a adoção de medidas para combater a propagação de doenças transmitidas por vetores, tais como dengue, febre amarela, *Chikungunya*, *Zika Vírus* e outras zoonoses. Essa lei, Deputados, foi aprovada na Legislatura anterior, já sancionada e propõe essas diretrizes para o enfrentamento a essas doenças. Então, não sei até o momento se ela está devidamente regulamentada, e aqui faço o pedido, Deputado Hussein, que possamos verificar se essa lei foi de fato regulamentada e que o trabalho de excelência do Secretário César possa ser fortalecido com a regulamentação dessa lei. O Secretário também afirmou que após Guaraqueçaba ser objeto desse mutirão, dessa força-tarefa de enfrentamento à dengue, outras localidades do litoral também o serão. Então, fica aqui este registro. Que todos possamos unir esforços contra a dengue em todo o nosso Estado. Também registrar que no dia de hoje, de manhã, participei, junto com demais Parlamentares, Deputado Fadel, dessa reunião tão importante dos Projetos que tratam do autismo, do Transtorno de Espectro Autista, para que possamos justamente aqui ter uma legislação abrangente, que contemple as diferenças perspectivas legislativas que esta Casa já apresentou, para também proporcionar maior qualidade de vida à população que sofre com isso em suas famílias. Então, meus parabéns também a todos os Parlamentares, ao Presidente Traiano e ao Deputado Evandro por liderarem essa importante iniciativa. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Próximo orador, Deputado Luiz Fernando Guerra, no Grande Expediente.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, declino.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Declina. Próximo orador, então, Deputado Cobra Repórter. (Declina.) Próximo orador, Professor Lemos, no horário das Lideranças, pela Liderança do PT.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero cumprimentar o Presidente, os demais integrantes da Mesa, Deputados e Deputadas, a população que nos honra com o acompanhamento desta Sessão pela TV e pelas redes sociais da Assembleia e as lideranças que visitam a Assembleia na tarde de hoje. Entre as lideranças, quero destacar aqui a presença do Fórum dos Servidores. Estamos recebendo professores e funcionários das nossas universidades, que já visitaram os gabinetes no dia de hoje e estão acompanhando aqui a Sessão. Então, Sinteoeste, por exemplo, Andes, Sindicato Nacional, Adunioeste, enfim, várias lideranças estão presentes aqui representando o ensino superior do Estado, as sete universidades. Temos também lideranças da educação básica que estão aqui, por exemplo a APP-Sindicato, mas estão aqui também lideranças do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, assim como da Polícia Penal. Então, estamos com a presença de representantes do Fórum dos Servidores, trazendo à Assembleia Legislativa reivindicações muito importantes, reivindicações que se atendidas com certeza melhorarão os serviços públicos ofertados à nossa população. Na educação, por exemplo, as nossas universidades precisam ser ouvidas. E aqui está - inclusive entregue a todos os Deputados - um documento que é uma minuta de um Projeto para corrigir a carreira dos técnicos, dos funcionários das nossas sete universidades, do que precisamos corrigir, que são vários itens importantes elencados aqui. Então, apoiamos e reivindicamos aqui, junto com os servidores, o atendimento desta demanda. Eles estão discutindo com a Seti, que é a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, deve chegar aqui e queremos aprovar com celeridade este Projeto, que é muito importante para educação, no caso aqui do ensino superior do Estado do Paraná. Mas também eles estão reclamando da data-base, não concordam com 5,79% - muito aquém do que o Governo deve, do que o Estado deve aos servidores do Estado. E aí se soma na luta dos demais servidores que estão aqui também representados. Evidentemente que a nossa data-base é em maio, conforme uma

lei aprovada em 2003, que pude participar dessa discussão quando presidia a APP e também estava na Coordenação do Fórum dos Servidores. Conquistamos essa lei aqui em 2003. De 2003, ela foi sendo respeitada todos os anos; aí, quando chegou ao segundo mandato do Governador Beto Richa, então ela parou de ser observada e ela precisa voltar a ser observada. E essa dívida acumulada desses anos precisa ser paga aos servidores, porque tudo subiu! Aqui no começo da Sessão foi falado que o IPTU, por exemplo, de Curitiba subiu, mas subiu o IPTU de todos os municípios do Paraná, subiu a luz, subiu a água, subiu o combustível, subiu o remédio, subiram os alimentos, tudo subiu, a inflação inclusive ultrapassa 40%. Então, a defasagem é muito grande. Então, evidentemente que 5,79% é pequeno diante da dívida que o Estado tem com os servidores, ainda mais para pagar depois da metade do ano. Então, também está longe esse prazo. Então, assiste razão aos servidores e servidoras que aqui se encontram mais uma vez na Assembleia para trazer as reivindicações. Também aqui recebemos da APP, alguns dias atrás, este documento que faz uma solicitação para equiparar os salários dos profissionais de educação da educação básica com os profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo, o QPPE. Então, vejamos a justiça da reivindicação. O Quadro de Funcionários da Educação Básica, chamado QFEB, não existia até 2008. Em 2008 ele foi instituído. Esses profissionais da educação, que atuam tanto na limpeza quanto na merenda, como inspetor de alunos, como lá na secretaria da escola, na biblioteca, esses funcionários que pertenciam ao Quadro Próprio do Poder Executivo e foram transferidos para o novo quadro que foi criado – foi criado um quadro próprio para os funcionários da educação básica com o objetivo de valorizar esses funcionários, de dar inclusive formação, porque eles são educadores e é assim que têm que ser tratados. Vejam o que aconteceu, eles foram desprezados pelo Estado e o Quadro Próprio do Poder Executivo se distanciou. Vejam que o Agente Educacional I, que é do QFEB, tem um salário inicial de R\$ 1.067,00, é menor do que o salário mínimo nacional, é menor do que o salário mínimo do Estado. O Agente de Apoio do QPPE já está em R\$ 1.800,00. É pouco, mas é maior do que R\$ 1.067,00. Então, no mínimo o Estado tem que equiparar, pondo como salário

inicial dos funcionários de escolas Agente Educacional I, que corresponde ao Agente de Apoio no QPPE, em R\$ 1.800,00. Não pode continuar pagando R\$ 1.067,00. Está errado isso! Também o Agente Educacional II está recebendo hoje, em início de carreira, R\$ 1.600,00 e o QPPE está em R\$ 4.000,00, que é aquele que tem ensino médio, que ingressa com ensino médio. Então, se do Agente I, que é R\$ 1.067,00 para R\$ 1.800,00, dá 69%, do Agente Educacional, que está com R\$ 1.600,00, para o Agente de Execução, que é R\$ 4.000,00, dá 136% de diferença. É desprezo ou não é? É desrespeito ou não é? Com funcionário que trabalha a mesma carga horária semanal e que passa no concurso, igual ao concurso feito para a outra carreira do Estado. E aí o Agente Profissional do QPPE, que é o Quadro Próprio do Poder Executivo, recebia o mesmo salário inicial que o professor e que a professora, 40 horas por semana, mesma carga horária, mesma formação para ingresso, porque é exigido para ingressar a mesma formação, no caso dos professores é o ensino superior, era igual, era R\$ 3.903,00 por 40 horas, em início de carreira. Para o professor continua R\$ 3.903,00, para os demais chegou a R\$ 7.200,00, uma diferença de 84%. Então, quando a educação básica reivindica, não é por acaso, está... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Professor Lemos, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Está reivindicando porque é justíssima a reivindicação trazida a esta Casa. Não que os funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo ganhem bem. Não! Estão com os salários defasados também. Inclusive, tem Deputados aqui que pertencem ao Quadro Próprio do Poder Executivo. Estão com os salários defasados! Mas ainda há uma categoria, que é o pessoal da educação básica, com os salários mais defasados ainda, e é preciso reparar isso. Então, aqui, mais uma vez, estamos trazendo as reivindicações dos servidores e servidoras, dizendo que precisa, para todos os servidores e servidoras, pagar o que deve, que são 42%, mas precisa equiparar os salários dos servidores com a mesma formação e a mesma carga

horária. Não dá para ser diferente. Isso é... (É retirado o som.) Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): É uma questão de justiça. Por isso, estamos mais uma vez nesta tribuna reivindicando, em nome de todos os servidores e servidoras do Estado do Paraná. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): No horário da Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato. Vossa Excelência tem a palavra.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas e ao público aqui presente. E a minha solidariedade ao pessoal das universidades, dos 11 campi das sete universidades, que hoje estão paralisados por conta da questão da reposição salarial, da data-base diferente do Governo do Estado, que tem mais capacidade financeira e está dando menos data-base do que o Governo Federal, que hoje tem menos capacidade financeira. Mas, vou explicar um pouquinho o que penso disto. Não é segredo para ninguém aqui que a Copel está sendo privatizada e tem vários esqueletos em seu armário. Um deles foi tentado dar fim ontem, em uma negociação denunciada neste Plenário, em novembro do ano passado, entre o Itaú e o Governo do Paraná, em uma dívida bilionária. “B” de bola! Quatro vírgula cinco bilhões que o Itaú teria a receber e o Governo do Paraná, ontem, fez um acordo de pagar 1,7 bilhão. Há uma dissonância muito grande entre o que diz a propaganda do Governo e a realidade do que ocorreu. Parece um bom negócio para o Estado do Paraná, mas na verdade o Governador Júnior deu dinheiro para os acionistas da Copel e, indiretamente, para o Itaú. Na verdade, o Itaú iria receber o precatório de R\$ 4,5 bilhões daqui a 30 anos, que é o tempo que demora para se pagar um precatório no Estado do Paraná. Você que está me ouvindo e que é servidor, que é bombeiro, que é policial, que é professor ou que tenha algum precatório do Estado sabe que o tempo é esse para o recebimento. Mas o Ratinho, de coração grande, pequeno de tamanho, mas de coração grande, resolveu fazer uma caridade e vai

pagar com dinheiro do cofre do Tesouro Estadual 1,7 bilhão e tirar o Itaú da fila de 30 anos de precatório. Dinheiro que era para ser dado para a reposição salarial; dinheiro que era para serem contratados mais policiais para fazer segurança pública; dinheiro que era para aumentar a política pública para a periferia; dinheiro que era para ser usado nas estradas que estão esburacadas. Mas, uma escolha política favorece o Itaú e abre caminho para se continuar o processo de privatização. Recebi hoje a nota do Itaú sobre o evento de ontem, e eles condicionam a liberação do gravame das ações da Copel mediante o pagamento, dizendo que é um acordo que vai ser pago em três vezes de 1,7 bilhão e que, caso a Copel seja colocada em um leilão este ano, o Governo tem que pagar 1,7 bi este ano. É a mesma coisa, Deputado Renato, que eu devesse para V.Ex.^a R\$ 10 mil e falasse assim: *Renato, você topa receber R\$ 10 mil daqui 30 anos ou você quer receber hoje R\$ 4.800,00?* Você iria querer os R\$ 4.800,00. E essa bondade que parece um grande negócio que o Governador fez, aos sacrifícios daqueles que estão aqui atrás de data-base, aos sacrifícios daqueles que estão com as estradas esburacadas, aos sacrifícios da falta de política pública no Estado do Paraná. E esse parece o fim do problema para se vender a Copel, mas não é o fim! No próximo dia 17, segunda-feira, quero convidar todos os Deputados e Deputadas aqui a participarem da Audiência Pública *A Copel é nossa e a Verdade vos Libertará*. Será uma Audiência Pública para tratar de tudo o que acontece na Copel, de todos os pontos. Convido todos os Deputados, o Líder do Governo está convidado, o Presidente da Copel está convidado a vir debater conosco, para não ficarmos com uma versão única. Fui processado, interpelado judicialmente pela Copel, na semana passada, mas não tive retorno das indagações que fiz. Então, vou fazê-las aqui hoje, para ver se até sexta-feira tenho as respostas. Na segunda-feira, trago para as pessoas que vão participar da Audiência Pública a versão da Copel sobre tudo o que estou colocando, para não ficar um monólogo, porque precisamos ouvir os dois lados. Então, a primeira pergunta que vai para a direção da Copel é a seguinte: Existe uma condenação de mais de 3 bilhões contra a Copel? A segunda pergunta que faço: Caso exista a suposta dívida, ela foi lançada corretamente nos balanços e informações públicas

da Copel? A terceira pergunta: A empresa que prestou consultoria para as Lojas Americanas no escândalo recente, prestou serviços para a Copel no Governo atual? É uma pergunta. Estou perguntando. Atenção, direção da Copel! É uma pergunta, para não nos processarem novamente. No dia 17 de fevereiro de 2023, o Diário Oficial da Copel publicou quatro contratos sem licitação, no valor de R\$ 28 milhões. Para quais motivos foram esses contratos? Porque o mesmo não tem o extrato, o conteúdo do que é o devido contrato. Quinta pergunta: Esses contratos têm relação de parentesco com algum dirigente da Copel ou com algum quadro do Conselho da Copel? Estou perguntando aqui se as empresas contratadas têm parentesco com alguém lá dentro. Quero as informações para trazer a público segunda-feira, para tratarmos deste tema da forma correta que tem que ser. Por fim, não menos importante: Por que esses contratos não estão disponíveis na sua integralidade para termos acesso? Então, estou aqui com o Diário Oficial na mão, mostrando que foi publicada dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação. Esse contrato nem sequer tem um motivo de ele ser feito. O valor não é pequeno, são R\$ 28 milhões. Quero saber se algum desses contratos, alguém dessas empresas tem parente lá dentro da Copel ou do Conselho da Copel. Então a Copel, se puder, de forma gentil, trazer as informações para nós na segunda-feira e ser convidada, vai ter espaço. Caso a Copel não traga as informações, não compareça, vamos ter que contar a versão que temos desses fatos, porque não consigo respostas - tentei aprovar Requerimento aqui, foi indeferido. Estou tornando isto público aqui no Parlamento, na tribuna para que chegue até a Copel e eles tragam a informação. Por que estou fazendo tudo isto? Porque a Copel é do povo paranaense. Não é o Governo gastar 1,7 bilhão para tirar uma amarra de um processo da Copel, que vai vendê-la. É brincadeira isso! Estão esperando arrecadar no leilão, segundo fontes do Palácio, colocado a público, quase 4 bilhões, mas, para arrecadar os 4 bilhões, vão pagar 1,7 bilhão. Se for verdade que existe uma suposta dívida de mais de 3 bi, praticamente vai vender a Copel a troco do quê? Porque se somar as duas dívidas, dá o preço que espera ser arrecadado. Ou na verdade não vai se vender a Copel, vai se dar em pagamento. Essas perguntas têm que ser esclarecidas. Hoje estou aqui mais uma vez para

falar que precisamos de informações. O papel do Deputado aqui nesta Casa, nesta tribuna, além de vir falar, é fazer leis e cobrar fiscalização. A Empresa, a Copel é empresa pública. Mesmo que o Estado fosse detentor de apenas 1% das ações eu, como qualquer um dos 53 que está aqui, tenho o direito de receber informações do que está acontecendo lá dentro. Se for verdade que existe um processo em segredo de Justiça, que está tramitando com um valor de mais de 3 bi, sugiro que se junte uma comissão de Deputados aqui e se vá até a Copel ou a Copel venha aqui e preste esclarecimentos. Porque se não pode tornar pública essa informação, o que está acontecendo lá dentro? Estamos perguntando, fiscalizando - aliás, ganho para isso, fui eleito pelo povo para fazer o que estou fazendo aqui hoje. Então, vou continuar esta toada aqui no respeito institucional, cobrando informações. Não consegui aprovar o Requerimento, não consigo obter informações e na segunda tenho uma Audiência Pública. Não me acusem depois de não estar com as informações corretas, porque vocês estão omitindo de prestar esclarecimento a um Deputado que quer as informações. Então, já de aberto, convite à Casa Civil para participar aqui da Audiência Pública, convite a todos os Deputados, convite ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição, convite para o Presidente da Copel. Vamos trazer a público a verdade, porque a verdade é bíblica, liberta as pessoas, e precisamos disso neste momento. De repente libertamos as pessoas e segura a Copel, se a verdade for colocada da forma que tem que ser colocada. Então, o nosso intuito aqui, Presidente Traiano, é pedir para que venham as informações o mais breve possível, para podermos trabalhá-las na Audiência Pública e não cometermos uma injustiça. Porque estamos questionando esse processo, estamos preocupados com o que está acontecendo e vendo a celeridade do Governo em querer resolver problemas que tenham relação com a Copel. Parece que privatizar a Copel virou mote de Governo, é a coisa principal a ser feita no Palácio Iguaçu. Enquanto o Estado precisa de outras coisas, a prioridade parece ser outra. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença aqui na Casa do Presidente da Câmara de Capitão Leônidas Marques, Revair José

Rodrigues, e do Vereador de Cascavel, Edson Souza, por solicitação do Deputado Goura. Sejam bem-vindos. Último orador, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente e colegas, em primeiro lugar, quero fazer uma saudação à nossa plateia. Aliás, vou receber uma comitiva dos representantes das nossas universidades após a Sessão, com a maior disposição de conversar, Presidente. Fui autorizado também, através da Casa Civil, para fazer uma rodada de conversas na segunda, conforme havíamos debatido, com os representantes do FES, na próxima semana, dando continuidade à primeira reunião que já fizemos. Portanto, cumprindo aquilo que nos comprometemos, mostrando que estamos abertos ao diálogo. Qualquer precipitação, qualquer tipo de pensamento contrário não colabora em nada para a nossa tentativa de construção em um processo ainda melhor da data-base de todos que estão aqui, independente de partido. Senhor Presidente, é como ser zagueiro, fazer Oposição é a coisa mais fácil do mundo; zagueiro só tem que dar chutão, Arilson, *espana* para cá, *espana* para lá e está no papel. Não posso nem ficar bravo, porque está no papel. Você quer que a oposição fale bem? Não vai falar nunca. Eventualmente um caso ou outro, como o Goura falou hoje até do Secretário de Saúde – parabenizá-lo -, mas não vai falar. Não vai nunca falar bem, por mais que tenhamos a melhor empresa de energia do Brasil, a número um, o maior programa de energia trifásica da história do Brasil. Inclusive, faltam insumos para continuar o projeto, beneficiando sobremaneira todos os segmentos do agro aqui no Paraná. Quero ver o que vai acontecer com o Governo Lula, do qual V.Ex.^a é Presidente. Então, respeito, vocês vão sofrer do mesmo mal. Aliás, o Governo Lula não consegue montar a sua base no Congresso, vai ter muita dificuldade, e temos que torcer que ele vá bem. Não sei se vocês torcem que vamos bem, mas vamos torcer. Vamos torcer que o Governo Lula vá bem, porque o País vai bem. Então, acho que todos que têm que estar aqui, têm que ter uma atitude de torcer que as coisas vão bem. Em relação ao Requerimento, faz parte do processo democrático. Em qualquer lugar do mundo, quem tem maioria, ganha; quem tem minoria, perde. É no Líbano, é no Afeganistão, é em Marilândia, é em União da Vitória, é em Castro, onde for é assim. Não fui eu quem fiz, é assim.

Mas, convido V.Ex.^a aqui, Deputado Arilson: Vamos comigo na Copel? Semana que vem o senhor está convidado para ir comigo, sentar com o Presidente. O senhor vai ter as informações que quiser, porque dentro da Copel temos total transparência. Como foi feito esse acordo que V.Ex.^a, à luz do interesse público, sob a égide do STF, com o interesse público acima de tudo, de um processo que vem de 1998. O Paraná apenas está resolvendo esse processo. Portanto, quero fazer um convite aqui a V.Ex.^a: Vamos comigo na Copel? Inclusive, vamos tomar um bom café lá. Sabe que tenho uma relação fantástica com o senhor. O senhor em algumas vezes inclusive tem ajudado o Paraná, o partido de V.Ex.^a, como no caso da Itaipu, e reconheço. Então, só quero dizer mais para vocês que hoje ainda, meus queridos amigos das universidades, estivemos participando de um evento que alocou recursos significativos para a inovação, a ciência, a tecnologia, de quase R\$ 411 milhões. Importante, o Estado do Paraná é o estado que mais investe no ensino superior. E acho que, através do diálogo... (Manifestação nas galerias.) É sim. É sim. Senhor Presidente! (Manifestação nas galerias.) O senhor me respeite! É sim. Estou falando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Atenção, por favor. Vamos respeitar o orador.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Respeitei você; você me respeite, rapaz. O Estado do Paraná é sim o estado que mais investe no ensino superior. O senhor pode pesquisar, quem quiser pode pesquisar, que é o número um da Federação em investimentos no ensino superior. *Ah, mas não atende a data-base!* Bom, aí é outra conversa, que todos estamos trabalhando para tentar melhorar, para tentar avançar. E falei anteriormente que inclusive as categorias serão recebidas para que possamos construir um debate aqui. Bom, ontem o Deputado Requião falou aqui - e eu o respeito - que ele não viu nada nesses 100 dias do Governo Ratinho. Puxa vida, não sei se ele quiser falar de saúde, podemos falar dos centros que foram feitos em cada regional de saúde para atendimento, para descentralização da saúde, só o de União da Vitória foram 20 milhões; se quiser falar de educação, foram R\$ 100 milhões no *Escola Bonita*; se quiser falar do setor que quiserem

falar, vamos conversar. Pavimentação urbana, conforme V.Ex.^a lembrou: *Ah, tem dinheiro da Assembleia*. Tem, e tem outra metade do Governo. Mas, pode ter certeza: Faremos investimentos significativos e o Paraná viverá os melhores anos da sua história. Em relação ao funcionalismo, concordo, estamos com uma defasagem grande, todos vocês estão. É preciso que todos juntos, com responsabilidade, tenhamos condições de avançar nesse sentido. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Jacovós – PL): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (PROS), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD) e Thiago Buhner (UNIÃO) (50 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: *Ricardo Arruda (PL), conforme art. 97 § 3.º I do Regimento Interno (1**

Parlamentar); Deputados ausentes sem justificativas: Luiz Claudio Romanelli (PSD), Nelson Justus (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (3 Parlamentares) .]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 246/2023**, do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto Recrutando Vidas – APROREV, com sede no município de Londrina; **Autuado sob o n.º 247/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, que acrescenta inciso ao §1.º do art. 63 da Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 248/2023**, do Deputado Batatinha, que dispõe sobre a inserção do nutricionista como agente fundamental nas políticas públicas de alimentação e nutrição e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 249/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a autorização de entrada de animais de assistência de autistas (TEA-ESAN) em ônibus intermunicipais e intramunicipais no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 250/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a reserva de assentos especiais em ônibus para pessoa autista (Transtorno do Espectro Autista-TEA); **Autuado sob o n.º 251/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a gratuidade de passagem em ônibus para pessoa autista (Transtorno do Espectro Autista-TEA); **Autuado sob o n.º 252/2023**, do Deputado Gilberto Ribeiro, que dispõe sobre a abordagem policial aos autistas no Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 253/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a divulgação do serviço disque denúncia-100 no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 254/2023**, do Deputado Tercílio Turini, que denomina Rodovia Aristides de Caires a PR-536, no trecho que liga os municípios de Prado Ferreira e Cambé.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 192/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/2023, que institui no âmbito do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná o Conselho da Polícia Penal e da outras providências. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda da CCJ. Regime de Urgência. Então, vamos apreciar neste turno a Emenda aprovada em 2.^a discussão. Em discussão. Votando, Sr.^s Deputados. Como comunicam as lideranças?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, Projeto importante, valorizando a nossa Polícia Penal. Tenho certeza de que vai ser unânime. É voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alisson, Anibelli, Cristina Silvestri, Delegado Tito, Denian Couto, Do Carmo, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Ney Leprevost, Deputado Goura e Deputado Delegado Jacovós. O Delegado Jacovós não vota, pois estava como Presidente. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 192/2023.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 521/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 122/2022, que dispõe sobre o abono de falta dos estudantes e profissionais da educação e a reposição e/ou a compensação de conteúdo escolar aos estudantes da rede pública estadual de ensino convocados para participarem de seleções estaduais e nacionais e/ou competições desportivas oficiais homologadas pelas confederações e federações dos esportes olímpicos e paraolímpicos em eventos estaduais, nacionais e internacionais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Emenda da CCJ. Com Regime de Urgência. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ na forma da subemenda substitutiva geral. Em discussão. Em discussão a Subemenda do Substitutivo Geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Alisson Wandscheer, Denian Couto, Do Carmo, Goura, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel. Deputado Fadel.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Meu voto é “sim”, Presidente. Não estou conseguindo votar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alisson Wandscheer,

Cloara Pinheiro, Denian Couto, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (11 Deputados).]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda. Quarenta e quatro votos, com o voto do Deputado Moacyr Fadel. Está aprovada a Subemenda Substitutiva.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 32/2023, de autoria da Deputada Maria Victória e do Deputado Evandro Araújo, que institui o Roteiro Turístico da Imigração Japonesa no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Presidente, *pela ordem*. Enquanto os Deputados votam, quero agradecer a sua iniciativa. O senhor fez uma reunião hoje com Deputados e também com técnicos dos gabinetes para planejar e agrupar uma grande quantidade de Projetos de Lei, um verdadeiro pacote a favor da comunidade autista do Paraná. Parabéns pela iniciativa, pela iniciativa da Comissão da Pessoa com Deficiência, que é presidida, se não me engano, pelo Deputado Evandro Araújo. É isso? Parabéns pela iniciativa. Vamos contribuir bastante. E um número aqui que merece a atenção de todos: Segundo estudos norte-americanos, de cada 36 crianças que nascem na atualidade, uma é autista. Então, temos que providenciar a inclusão dessas crianças na sociedade. Obrigado pela iniciativa e parabéns.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Obrigado, Deputado Ney. Realmente a reunião foi hiperprodutiva. Deputado Artagão, seu voto. Deputado Batatinha, Deputada Cristina, Do Carmo, Deputada Flávia, Deputado Marcio Pacheco, Ney Leprevost. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto,**

*Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (9 Deputados).]* Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 32/2023.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 199/2023, que altera, na forma que especifica, a redação do §1.º do art. 105, do *parágrafo único* do art. 111, do §2.º do art. 115, do inciso IX e do §4.º do art. 134 da Lei Complementar n.º 85/1999, Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos da Deputada Ana Júlia, Deputado Anibelli, Deputado Batatinha, Deputada Cristina, Deputado Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Ney Leprevost, Renato Freitas e Deputado Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino,

*Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cloara Pinheiro, Do Carmo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Ney Leprevost, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 1/2023.**

Do Item 5 ao 6 faremos votações...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agrupados do 5 ao 8, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ao 6. O 8 cria um conselho. Os Itens 5 e 6 serão votações agrupadas, por serem matérias correlatas. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Cinco e seis, desculpa, Presidente, voto "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então, Sr.ª Deputados, é do 5 ao 8. A informação aqui da assessoria confundiu a minha cabeça.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É que são todos de utilidade pública.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Vamos lá, do 5 ao 8.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 166/2022, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Arilson Chiorato, que concede Título de Utilidade Pública à Associação Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 170/2022, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção Ambiental e Animais Domésticos de Mandaguari - APAAD. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 529/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede Título de Utilidade Pública à Federação Paranaense de Karatê, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 100/2023, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Pilotos de Palotina, com sede no município de Palotina. Parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O que está acontecendo? Não abriu aí para a votação? Podemos votar. Vamos votar, Sr.^s Deputados. Deputados Ana Júlia, Anibelli, Delegado Jacovós, Do Carmo, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco e Renato Freitas. Deputado Renato, vota "*sim*"? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor , Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (47 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Cloara Pinheiro, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 245/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43/2023, que cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná e altera a Lei n.º 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que

cria o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná. Regime de Urgência. Em discussão.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Goura, para encaminhar.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado. Por gentileza, se o senhor permitir que eu faça daqui. Vou ser breve.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Mais uma vez, como disse ontem, queria parabenizar aqui o Poder Executivo por encaminhar este importantíssimo Projeto. É uma demanda desde 2014 das lideranças indígenas do Estado do Paraná. E o nosso mandato esteve empenhado desde o início de 2019 para que este Projeto fosse devidamente encaminhado aqui para a nossa Assembleia, para discussão e votação por todos os Deputados. Então, queria, Deputado Marcel, o senhor que foi Líder na Legislatura também passada, junto com o Deputado Hussein, dizer da importância deste Projeto que estamos votando. Paraná é um estado com nome indígena, Curitiba e mais de 130 municípios têm nomes indígenas e temos, sim, uma dívida histórica com os povos indígenas de todo o Brasil aqui no Estado do Paraná. Nós falamos das etnias Caingangues, Xetás e Guarani, que estão presentes em todo o Estado. Precisamos garantir políticas públicas, dignidade e cidadania, e a criação do Conselho, que é um Conselho Deliberativo, é um Conselho que vai ser um espaço de discussão de políticas públicas de extrema importância. Então, saúdo a iniciativa. Estamos próximos do dia 19 de abril, que é o Dia dos Povos Indígenas em todo o Brasil. Também aprovamos aqui, Deputados, a lei que cria a *Semana Ângelo Kretã de Lutas Indígenas*, homenageando o grande Ângelo Kretã, primeiro Vereador indígena do Brasil, Vereador aqui do Estado do Paraná. Então, Sr. Presidente, em suma, parabenizar;

e que possamos, por unanimidade, aprovar a criação desse importantíssimo Conselho.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Também quero cumprimentar todas as lideranças indígenas do Paraná que lutaram por muitos anos para a conquista desta lei importante. Quero cumprimentar o Poder Executivo, que acolheu este pleito que é legítimo da população indígena do Estado do Paraná. Em 2012, quando recebemos lideranças, quando recebemos aqui o Conselho Nacional dos Povos Tradicionais, foi a ocasião que votamos aqui nesta Casa a criação do Conselho Estadual dos Povos Tradicionais. E a população indígena foi incluída nesse Projeto, mas não era isso o que as lideranças indígenas e a população indígena queriam, porque eles já sabiam do direito que tinham de ter o Conselho específico, porque a população indígena tem especificidades a serem tratadas, direitos muito específicos. Então, hoje estamos votando. Fizemos uma força-tarefa aqui na Assembleia, todas as Comissões, inclusive a nossa Comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania - convocamos a reunião extraordinária com urgência, fizemos o parecer favorável e passou por unanimidade. E agora encaminhamos também o voto favorável a este importante Projeto, que é uma conquista dos povos indígenas do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, parabéns a todos os membros da Casa: Comissão dos Direitos Humanos, Comissão de Finanças, CCJ. Obrigado à Mesa. O Projeto chegou ontem, Presidente, e estamos entregando hoje aprovado, porque é uma causa de todo o Paraná. E vai ser sancionado na semana que vem. Obrigado à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. O voto é "*sim*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando.

DEPUTADO GOURA (PDT): O voto da Oposição é "sim".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, seu voto. Deputado Luís Corti, Deputada Maria Victória. Deputado Anibelli, seu voto é "sim", não é? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victória, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (49 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (5 Deputados).*] **Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 245/2023.***

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 660/2023, da Deputada Maria Victória, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 32/2023 da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 645/2023, do Deputado Batatinha, encaminhando pedido da Câmara Municipal de Cascavel para a instalação de uma Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente em Cascavel; **Requerimento n.º 646/2023**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Governo do Paraná, Sr. Aldo Nelson Bona, requerendo medidas para viabilizar a modernização de laboratórios de biologia da Unespar, campus de Paranaguá; **Requerimento n.º 647/2023**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, requerendo implementos agrícolas para o Distrito de Longuinópolis, município de Braganey; **Requerimento n.º 648/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Rafael Greca e Eduardo Pimentel Slaviero, Prefeito e Vice-Prefeito de Curitiba, propondo que os valores arrecadados com multas aplicadas pelos radares eletrônicos sejam destinados às escolas e creches municipais, para investimentos em medidas e programas de segurança escolar; **Requerimento n.º 649/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente requerendo a criação de uma Comissão Especial Interinstitucional para estudar a viabilidade de instalação de detectores de metais e cercas elétricas nas escolas estaduais; **Requerimentos n.ºs 650 e 651/2023**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando o registro de votos de congratulações com menção honrosa: ao Presidente Nacional da Abracen, Sr. Eder Eduardo Bublitz; e ao Presidente Nacional da Asbraer, Sr. Natalino Avance de Souza; **Requerimento n.º 652/2023**, da Deputada Marli Paulino, solicitando o envio de expediente ao Governo do Estado do Paraná requerendo a revitalização da Patrulha Escolar no Estado do Paraná; **Requerimentos n.ºs 654, 656, 657 e 659/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Carlópolis; Jacarezinho; Godoy Moreira; Tapejara; **Requerimento n.º 655/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado requerendo com a máxima urgência o envio de Projeto de Lei para este Poder Legislativo com o objetivo principal que seja permitido aos policiais civis ou aposentados o exercício de atividades junto ao poder público do Paraná, mediante pagamento de Diária

Especial por Atividade Extrajornada Voluntária, nos moldes da Lei Estadual n.º 19.130/2017, que autorizou o Poder Executivo a instituir o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários-CMEIV, que se destina ao chamamento de policiais militares inativos da Polícia Militar do Paraná; **Requerimento n.º 665/2023**, dos Deputados Professor Lemos, Líder da Bancada PT/PDT, Arilson Chiorato, Goura, Requião Filho, Ana Júlia, Doutor Antenor e Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Ministro das Cidades, Sr. Jader Filho; **Requerimento n.º 666/2023**, do Deputado Moacyr Fadel, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná requerendo o repasse dos valores que estão no orçamento do Estado referente ao transporte escolar; **Requerimento n.º 667/2023**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Francisco Leite Chaves; **Requerimento n.º 668/2023**, dos Deputados Márcio Pacheco, Gugu Bueno e Batatinha, solicitando o envio de ofício ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cesar Augusto Neves Luiz, requerendo as medidas necessárias visando ao aumento do número de cirurgias eletivas em Cascavel; **Requerimento n.º 670/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando votos de congratulações com menção honrosa pela passagem dos 20 anos do Jornal Brasil de Fato Paraná (BdF-PR); **Requerimento n.º 671/2023**, dos Deputados Arilson Chiorato, Requião Filho, Goura, Ana Júlia, Doutor Antenor, Mabel Canto, Luciana Rafagnin e Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Fernando Augusto Mello Guimarães, para informar a constituição da Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas, instituída por Ato do Presidente n.º 4/2023, publicada no DOA edição n.º 2.650, de 28 de março de 2023, como uma associação parlamentar suprapartidária, e solicitar a integração de seus membros e assessorias com a Comissão Temporária e Inspetorias designadas para a fiscalização do processo de transformação da Companhia de Energia Elétrica (Copel) em companhia de capital disperso e sem acionista controlador, nos termos da Lei Estadual n.º 21.272/2022.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 653/2023, do Deputado Alexandre Curi e da Deputada Maria Victória, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 212/2023; **Requerimento n.º 658/2023**, dos Deputados Soldado Adriano José e Delegado Jacovós, requerendo a inclusão do Deputado Soldado Adriano José como coautor do Projeto de Lei n.º 221/2023, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Gilberto Ribeiro, Delegado Jacovós, Gilson de Souza e Marcel Micheletto; **Requerimento n.º 662/2023**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando o arquivamento da Emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 192/2023, protocolada sob o n.º 16/2023, e o cancelamento do Requerimento n.º 644/2023; **Requerimento n.º 669/2023**, dos Deputados Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Soldado Adriano José, Cloara Pinheiro, Delegado Jacovós, Adão Litro, Batatinha, Gilberto Ribeiro, Samuel Dantas, Gilson de Souza e Maria Victoria, requerendo a inclusão como coautores do Projeto de Lei n.º 268/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, §3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia), **conforme o art. 98 do Regimento Interno** (não sofrerá desconto o Deputado ausente que estiver no exercício de mandato da Comissão Executiva ou no desempenho de missão oficial) **e conforme o art. 100 do Regimento Interno** (terá direito ao subsídio o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia): **Requerimento n.º 661/2023**, do Deputado Fábio Oliveira, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 20 a 22 e 27 a 29 de março de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 663/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 10 e 11 de abril de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão, marcando outra já em seguida, antecipada de quarta-feira, **Sessão Ordinária**, pauta já de conhecimento dos Sr.^s Deputados, a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei n.º 192/2023; 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 521/2022; 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2023 e dos Projetos de Lei n.ºs 166/2022, 170/2022, 529/2022, 100/2023 e 245/2023; e 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 229/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h28, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)